



T1958001N

EDITAL DO PROCESSO DE PROMOÇÃO POR MERECEMENTO

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD
DIRETORIA-GERAL DE POLÍCIA PENAL - DGPP

CLASSE ESPECIAL

Candidato(a)

Inscrição

--	--

**FRASE: "Confiança e dedicação são o caminho para o sucesso."
(Transcrever para o cartão de resposta)**

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- ▶ É de responsabilidade exclusiva do candidato a conferência do material recebido no momento da prova, devendo ser verificados o caderno de prova (número de questões e páginas), falhas de impressão e dados pessoais impressos em todos os documentos recebidos.
- ▶ Caso seja verificado algum erro ou defeito de impressão no caderno de prova ou no cartão de respostas o candidato deverá solicitar sua substituição, sendo de sua inteira responsabilidade prejuízos decorrentes da não solicitação da substituição.
- ▶ O candidato deverá informar no cartão de resposta o tipo de prova conforme especificado no caderno de provas, sob pena de eliminação. As respostas às questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ▶ O candidato deverá transcrever as respostas da prova para o cartão de respostas, que será o único documento válido para correção, utilizando caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha durante a realização da prova.
- ▶ O prazo de realização da prova é de **3 horas**.
- ▶ O candidato que se retirar da sala de prova sem a devida autorização e/ou desacompanhado de um fiscal não poderá retornar em hipótese alguma.
- ▶ O candidato deverá permanecer no local de realização da prova por, no mínimo, 1,5 (uma e meia) hora após o início da mesma, sendo que, a partir desse momento e mediante a entrega do cartão de respostas devidamente assinado, poderá deixar o local de provas, sem levar consigo o caderno de provas.
- ▶ Decorridos 2h15min (duas horas e 15 minutos) de realização de prova, ou seja, 45 (quarenta e cinco) minutos antes do encerramento do tempo da prova, o candidato poderá deixar o local levando consigo o caderno de provas.
- ▶ Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar os respectivos cartões de respostas e retirar-se da sala de aplicação da prova simultaneamente.

**Prova
01**

**Não se esqueça de
marcar a o número
acima na folha de
respostas!**

**Fraudar ou tentar fraudar
Processo Seletivo é Crime!
Previsto no Art. 311 - A do
Código Penal**

Boa prova!

Gestão de Riscos: Introdução à Gestão de Riscos; Identificação de Riscos; Análise e Avaliação de Riscos

1

Apoia a integração da gestão de riscos em atividades significativas e funções. Tem como eixo central a liderança e o comprometimento. São seus elos componentes: integração, concepção, implementação, avaliação e melhoria. Estamos nos referindo a:

- (A) Princípios da gestão de riscos, segundo a ISO 31000:2018.
- (B) Estrutura da gestão de riscos, segundo a ISO 31000:2018.
- (C) Processo da gestão de riscos, segundo a ISO 31000:2018.
- (D) Nenhuma das alternativas.

2

Considere o seguinte objetivo estratégico: “Desburocratizar processos internos”. Assinale a seguir a alternativa que caracteriza ADEQUADAMENTE um risco identificado a partir deste objetivo:

- (A) Falta de ferramenta tecnológica para auxiliar a gestão.
- (B) Rejeição à mudança por parte dos servidores.
- (C) Insuficiência de recursos humanos.
- (D) Ausência de manual.

3

São eixos do Programa de Compliance Público do Estado de Goiás:

- (A) Estruturação das regras e dos instrumentos referentes aos padrões de desvio de conduta; fomento à transparência; responsabilização e gestão de riscos.
- (B) Padrões morais essenciais; fomento à transparência; responsabilização e gestão de riscos.
- (C) Estruturação das regras e dos instrumentos referentes aos padrões de ética e de conduta; fomento à transparência; responsabilização e gestão de riscos.
- (D) Estruturação das regras e dos instrumentos referentes aos padrões de ética e de conduta; fomento à transparência; desburocratização e gestão de riscos.

4

Sobre a conceituação de risco, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Risco é o efeito da incerteza nos objetivos.
- (B) Risco é uma oportunidade ou ameaça aos objetivos da organização.
- (C) Risco é a possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

5

Em relação à identificação de riscos, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) É recomendável relacionar os riscos identificados aos objetivos estratégicos da instituição.
- (B) Descrever as atividades da área ou etapas do projeto ajudam na identificação de riscos.
- (C) É obrigatório que somente pessoas que gerenciem a área, projeto ou processo a ser mapeado participem da identificação de riscos.
- (D) Recomenda-se, na identificação de riscos, trabalhar com a melhor informação disponível.

6

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Um evento de risco pode ter múltiplas causas e consequências.
- (B) A instituição deve usar uma única técnica para identificar riscos.
- (C) O propósito da análise de riscos é eliminar o risco e suas fontes.
- (D) Não convém que a análise de riscos considere fatores como a intensidade das consequências.

7

Na identificação de riscos, é CORRETO afirmar:

- (A) Risco pode ser entendido como um evento futuro e certo que seguramente vai afetar os objetivos.
- (B) A causa resulta no impacto que o risco em questão traria ao processo e/ou à organização.
- (C) O propósito da identificação é encontrar, reconhecer e descrever riscos que possam ajudar ou impedir que uma organização alcance seus objetivos.
- (D) Informações impertinentes e atualizadas são importantes na identificação de riscos.

8

Assinale a alternativa que corresponde à técnica recomendável para identificação de riscos:

- (A) Bow tie.
- (B) Brainstorming.
- (C) Análise SWOT.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

9

São partes integrantes do processo de gestão de riscos, segundo a concepção da ISO 31000:2018:

- (A) Identificação de riscos – Análise de riscos – Integração de riscos – Tratamento de riscos.
- (B) Ilustração de riscos – Análise de riscos – Avaliação de riscos – Tratamento de riscos.
- (C) Identificação de riscos – Análise de riscos – Avaliação de riscos – Tratamento de riscos.
- (D) Identificação de riscos – Análise de riscos – Avaliação de riscos – Eliminação de riscos.

10

Assinale a opção que NÃO representa um dos elementos do processo de gestão de riscos, segundo a concepção da ISO 31000:2018:

- (A) Criação e proteção de valor.
- (B) Comunicação e consulta.
- (C) Registro e relato.
- (D) Tratamento de riscos.

11

A política de Gestão de Riscos da Diretoria-Geral de Polícia Penal de Goiás estabelece que a gestão de riscos deve seguir determinados princípios, visando a criação e a proteção de valor. Dentre os princípios listados a seguir, assinale o que NÃO está incluso na referida portaria (que se orientou nos princípios definidos pela ISO 31000:2018):

- (A) Ser parte integrante de todas as atividades organizacionais.
- (B) Ser exclusiva.
- (C) Ser baseada nas melhores informações disponíveis.
- (D) Ser estruturada e abrangente.

12

Sobre o gerenciamento de riscos, podemos afirmar:

- (A) É iterativo e auxilia as organizações no estabelecimento de estratégias, no alcance de objetivos e na tomada de decisões fundamentadas.
- (B) Considera os contextos interno e externo da organização, inclui o comportamento humano e fatores culturais.
- (C) É parte da governança e da liderança e contribui para a melhoria dos sistemas de gestão.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

13

Na análise de riscos serão considerados fatores relacionados à magnitude das consequências. Assinale a opção que corresponde aos critérios para classificação das consequências, na metodologia adotada pelo Programa de Compliance Público do Estado de Goiás.

- (A) Desprezível – menor – moderada – maior – catastrófica.
- (B) Desprezível – menor – moderada – maior – irreversível.
- (C) Mínima – menor – moderada – maior – catastrófica.
- (D) Mínima – menor – intermediária – maior – catastrófica.

14

Em relação à avaliação de riscos é INCORRETO afirmar:

- (A) Nessa etapa, será avaliada a necessidade de novos controles.
- (B) Na avaliação de riscos, será iniciada a identificação dos riscos estratégicos.
- (C) Nessa etapa, será avaliado o nível de confiança nos controles existentes.
- (D) O propósito da avaliação de riscos é apoiar decisões.

15

Assinale a alternativa que representa a forma de se estabelecer o nível do risco conforme a metodologia adotada pelo Programa de Compliance Público do Estado de Goiás.

- (A) O nível de risco será calculado por meio da sua materialização.
- (B) O nível de risco será calculado pela quantidade de causas e consequências identificadas.
- (C) O nível de risco será calculado avaliando-se o número de ações de controle implementadas.
- (D) O nível de risco será calculado por meio da consideração da probabilidade e do impacto. NR = probabilidade x impacto.

Gestão de Riscos para Alta Gestão: Governança Pública: Princípios, Diretrizes e Mecanismos; Resultados da Gestão de Riscos

16

Tendo por base o Referencial Básico de Governança Organizacional do Tribunal de Contas da União, são princípios da boa governança:

- (A) capacidade de resposta; integridade; transparência; equidade e participação; accountability; confiabilidade; e melhoria regulatória.
- (B) capacidade de resposta; moralidade; transparência; impessoalidade; confiabilidade; e melhoria regulatória.
- (C) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.
- (D) a legitimidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

17

O Referencial Básico de Governança Organizacional do Tribunal de Contas da União apresenta os princípios para uma boa governança. Dentre eles, um se relaciona à obrigação que pessoas ou entidades às quais se tenham confiado recursos, prestem contas de sua atuação de forma voluntária, assumindo as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática junto a quem lhes delegou essas responsabilidades. A referência é ao princípio da:

- (A) Transparência.
- (B) Melhoria regulatória.
- (C) Accountability.
- (D) Probidade.

18

Para que as funções de governança sejam executadas, quais mecanismos devem ser adotados, segundo o Referencial Básico de Governança Organizacional do Tribunal de Contas da União?

- (A) Liderança, estratégia e controle.
- (B) Liderança, dinâmica e controle.
- (C) Liderança e comprometimento, implementação e melhoria contínua.
- (D) Liderança, integração e gestão de riscos.

19

Considerando que a governança tem função direcionadora e a gestão função realizadora, assinale a opção que NÃO representa prática relacionada aos mecanismos de governança:

- (A) Promover a transparência.
- (B) Monitorar o alcance dos resultados organizacionais.
- (C) Gerar informações que subsidiem o monitoramento praticado pela alta gestão.
- (D) Promover a integridade.

20

A governança de determinado sistema penitenciário define dentre os seus objetivos estratégicos o de garantir condições para que todos os presos tenham acesso à educação básica. A definição desse direcionamento estratégico está primando pelo princípio da:

- (A) Transparência.
- (B) Equidade e participação.
- (C) Integridade.
- (D) Accountability.

Planejamento Estratégico da Polícia Penal de Goiás

21

São diretrizes do Planejamento Estratégico da Polícia Penal do Estado de Goiás para o período de 2024 a 2027, EXCETO:

- (A) segurança e controle do cárcere.
- (B) governança e metodologias ágeis de gestão.
- (C) reintegração social do custodiado.
- (D) cuidado e valorização do privado de liberdade.

22

Sobre a metodologia utilizada na elaboração do Planejamento Estratégico da Polícia Penal do Estado de Goiás para o período de 2024 a 2027, todas as assertivas a seguir estão corretas, SALVO:

- (A) Inicialmente foi feita a análise do Plano Estratégico Anterior (2021-2023) como ponto de partida.
- (B) Identificaram-se os objetivos que foram cumpridos com sucesso no Plano Estratégico de 2018-2022 e aqueles que não avançaram conforme esperado.
- (C) Foi feita a Aplicação da Matriz SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, e Threats - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), permitindo mapear de maneira clara as forças que podem ser capitalizadas; as fraquezas a serem mitigadas e as oportunidades a serem exploradas, além das ameaças a serem monitoradas ou evitadas.
- (D) Para estabelecer novos objetivos estratégicos, adotou-se a metodologia OKR (Objectives and Key Results - Objetivos e Resultados-Chave).

23

A metodologia utilizada na elaboração do Planejamento Estratégico da Polícia Penal do Estado de Goiás, para o período de 2024 a 2027, reflete não apenas uma abordagem sistemática e bem fundamentada para a gestão estratégica, mas também:

- (A) a ausência de monitoramento contínuo e análises periódicas dos indicadores propostos.
- (B) a capacidade de promover foco, transparência e alinhamento em parte da organização.
- (C) a integridade, profissionalismo, respeito e, às vezes, a inovação.
- (D) um compromisso com a excelência, a inovação e a responsabilidade com a segurança pública.

24

Visão, missão e valores são conceitos fundamentais que ajudam a definir a identidade e a direção de uma organização. Eles servem como guia para suas operações, decisões e cultura organizacional. Neste sentido, a definição “Administrar o sistema prisional de Goiás de forma inovadora, íntegra e responsável, com foco na melhoria contínua de processos e pessoas, promovendo a segurança pública por meio de práticas eficazes de custódia no controle do cárcere e da harmônica reintegração social de custodiados e egressos, assegurando a defesa dos direitos humanos”, refere-se:

- (A) à Visão da Polícia Penal do Estado de Goiás no Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2027.
- (B) à Missão da Polícia Penal do Estado de Goiás no Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2027.
- (C) aos Valores da Polícia Penal do Estado de Goiás no Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2027.
- (D) ao Panorama da Polícia Penal do Estado de Goiás no Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2027.

25

Os objetivos estratégicos da Polícia Penal de Goiás para o planejamento de 2024 a 2027, foram desenhados a partir de valores institucionais, alinhados com o Plano Plurianual - PPA (2024-2027), e alinhados com os:

- (A) Objetivos de Desenvolvimento Social da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP/GO.
- (B) Objetivos de Desenvolvimento Social do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP.
- (C) Objetivos de Desenvolvimento Social das Organizações das Nações Unidas - ONU.
- (D) Objetivos de Desenvolvimento Social da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP.

26

As assertivas abaixo indicam valores da Polícia Penal do Estado de Goiás constantes no Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2027, à EXCEÇÃO de uma. Assinale-a.

- (A) Parcialidade; Eficiência.
- (B) Respeito aos Direitos Humanos; Capacitação e Desenvolvimento.
- (C) Compromisso com a Segurança Pública; Transparência.
- (D) Responsabilidade Social; Colaboração e Parcerias.

27

O planejamento plurianual para o quadriênio 2024-2027 da DGPP/DGAP, mediante a integração com os demais órgãos atuantes no Eixo Estratégico “Goiás da Segurança Pública e Justiça”, tem como objetivo central:

- (A) proporcionar aos cidadãos a segurança, a proteção, a liberdade e o bem-estar capazes de gerar tranquilidade no seu convívio familiar e social e durante o exercício de suas atividades diárias e cotidianas, bem como em seus deslocamentos.
- (B) conquistar a confiança na gestão governamental pela solidez das instituições, pela segurança jurídica, pela lisura dos atos administrativos e pelo reconhecimento de sua atuação eficiente, efetiva, inovadora e integrada.
- (C) garantir a prestação de serviços públicos com alto nível de excelência, preferencialmente por meio de modernas plataformas digitais, e alcançar a sustentabilidade financeira e a solvência fiscal, capazes de gerar liquidez e potencializar o financiamento de investimentos no Estado de Goiás.
- (D) tornar Goiás exemplo de sociedade justa na sua atuação pela garantia de direitos e cumprimento de deveres, além da aplicação da lei em tempo e na medida adequada.

28

O **Objetivo Estratégico 1 do Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2027**, qual seja **“Garantir a Segurança dos Presídios e o Controle do Cárcere”**, está alinhado com os dispostos nas assertivas a seguir, **SALVO**:

- (A) Valor institucional: Compromisso com a Segurança Pública.
- (B) Encontra-se intrinsecamente relacionado ao Objetivo de Desenvolvimento social da Organização das Nações Unidas – ONU, de promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, com instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (OBJETIVO 16).
- (C) Com as iniciativas do PPA (2024-2027): Construção de vagas prisionais e modernização da estrutura física existente.
- (D) Com a iniciativa do PPA (2024-2027): Segurança Prisional de vanguarda, modernização da estrutura física existente e monitoramento eletrônico com ênfase na composição de equipes multidisciplinares e nas medidas cautelares.

29

Os objetivos organizacionais do Planejamento Estratégico possuem indicadores. Acerca do **Objetivo 3**, intitulado **“Monitoramento de Processos e Projetos de Forma Eficiente para Facilitar a Governança com Decisões Baseadas em Dados e Informações”**, indique o item que **NÃO** corresponde a seus indicadores:

- (A) fluxos administrativos desburocratizados, simplificados e ágeis.
- (B) número de recapturas de pessoas evadidas do sistema prisional de Goiás.
- (C) execução tempestiva dos recursos especiais (convênios, contratos de repasses, emendas parlamentares e transferências fundo a fundo).
- (D) processos tecnológicos e utilização de inteligência artificial na governança de projetos e processos.

30

O indicador **“Redução de Déficit de Vagas para Custódia de Custodiados nos Presídios Goianos”**, refere-se ao:

- (A) Objetivo Estratégico 4 – Aprimoramento do Modelo de Regionalização.
- (B) Objetivo Estratégico 2 – Ressocialização: Ampliação dos Projetos de Reintegração Social da Pessoa Presa e do Egresso.
- (C) Objetivo Estratégico 1 – Garantir a Segurança dos Presídios e o Controle do Cárcere.
- (D) Objetivo Estratégico 3 – Monitoramento de Processos e Projetos de Forma Eficiente para Facilitar a Governança com Decisões Baseadas em Dados e Informações.

31

Acerca do **Objetivo Estratégico 5 – Valorização dos Profissionais, do Planejamento Estratégico da Polícia Penal do Estado de Goiás para o período de 2024 a 2027**, analise os itens a seguir e, em seguida, assinale a assertiva que representa o(s) item(ns) **CORRETO(S)**.

- I. Valor institucional: Integridade, Inovação, Capacitação e Desenvolvimento;
- II. Encontra-se relacionado ao Objetivo de Desenvolvimento social da Organização das Nações Unidas – ONU, de assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades (OBJETIVO 03), bem como o de Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos (OBJETIVO 08);
- III. Com as iniciativas do PPA (2024-2027): **Qualificação do servidor público Policial Penal.**

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente os itens I e II estão corretos.
- (C) Todos os itens estão corretos.
- (D) Nenhum item está correto.

32

Das alternativas a seguir, assinale aquela que não constitui um indicador do Objetivo Estratégico 5 – Valorização dos Profissionais, do Planejamento Estratégico da Polícia Penal do Estado de Goiás para o período de 2024 a 2027.

- (A) atenção à saúde do servidor.
- (B) criação de dois complexos penitenciários modernos e inteligentes.
- (C) processos meritocráticos para ocupação dos cargos de gestão.
- (D) quadro de servidores composto por 100% de policiais penais.

33

A Fonte de Dados e/ou a Forma de Coleta do indicador denominado “Escritório Social e Atendimento ao Egresso”, presente no Objetivo Estratégico 2 (Ressocialização: Ampliação dos Projetos de Reintegração Social da Pessoa Presa e do Egresso) está vinculada à unidade administrativa:

- (A) Superintendência de Reintegração Social.
- (B) Observatório da Polícia Penal de Goiás.
- (C) Gerência de Educação, Módulo de Respeito e Patronato.
- (D) Gerência de Produção Agropecuária e Industrial.

34

A periodicidade da avaliação e do monitoramento do indicador “Índices de Eventos de Motins e Rebeliões” do Objetivo Estratégico 1 (Garantir a Segurança dos Presídios e o Controle do Cárcere) é medida, respectivamente, de forma:

- (A) Anual; Anual.
- (B) Anual; Semestral.
- (C) Trimestral; Mensal.
- (D) Semestral; Semestral.

35

O sentido de um indicador de desempenho (ou KPI - Key Performance Indicator) refere-se à direção ou interpretação que um valor de indicador pode ter em relação aos objetivos e às metas estabelecidos pela organização. O sentido ajuda a entender o significado dos dados e como eles refletem o desempenho em relação aos objetivos estratégicos. Assinale a assertiva que menciona o sentido do indicador “Monitoramento dos Projetos Prioritários”, vinculado ao Objetivo Estratégico 3 (Monitoramento de Processos e Projetos de Forma Eficiente para Facilitar a Governança com Decisões Baseadas em Dados e Informações):

- (A) quanto maior, melhor.
- (B) quanto maior o percentual, melhor.
- (C) quanto maior a redução, melhor.
- (D) quanto mais, melhor.

Noções Gerais do Estatuto do Servidor

36

Sobre a Licença Capacitação de que trata o art. 162 da Lei 20.756/2020 e regulamentada pela Decreto 9.738/2020, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Para ter direito à licença de capacitação de 90 dias, o servidor precisa participar de capacitação acima de 180 horas.
- (B) Os períodos de licença capacitação só são acumuláveis até o limite de 2 (duas) licenças.
- (C) Se o servidor não usufruir a licença capacitação quando ainda está em atividade, lhe é assegurada por lei a respectiva conversão em pecúnia.
- (D) É devida para efetivos, comissionados e contratados temporariamente nos termos da Lei 20.918/2020.

37

Sobre as regras das Férias previstas na Lei 20.756/2020, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Para o primeiro período aquisitivo de férias, serão exigidos 12 (doze) meses de exercício, computado o tempo de serviço prestado anteriormente à administração estadual direta, autárquica e fundacional, desde que entre os períodos não haja interrupção de exercício por prazo superior a 30 (trinta) dias.
- (B) As férias podem ser parceladas em até 3 (três) períodos, desde que nenhum seja inferior a 5 (cinco) dias.
- (C) As férias somente poderão ser acumuladas até o máximo de 2 (dois) períodos, no caso de necessidade do serviço, sob pena de serem concedidas de ofício, ressalvadas as hipóteses previstas em legislação específica.
- (D) As faltas injustificadas são deduzidas do respectivo período de gozo das férias.

38

Sobre a Jornada de Trabalho do servidor civil do Poder Executivo estadual, levando-se em consideração as regras gerais previstas no Estatuto (Lei 20.756/2020), marque a alternativa CORRETA:

- (A) Salvo disposição legal em contrário, o servidor cumprirá jornada de trabalho de, no máximo, 8 (oito) horas diárias, 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 210 (duzentas e dez) horas mensais, assegurado descanso semanal remunerado mínimo de vinte e quatro horas consecutivas.
- (B) Os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão ou designados para função comissionada estão sujeitos, qualquer que seja seu cargo ou emprego de origem, à jornada de 8 (oito) horas diárias de trabalho, regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocados sempre que houver interesse da Administração, excetuando-se os casos em que a redução de jornada prevista no § 3º do art. 74 se aplica.
- (C) O servidor que percebe remuneração inferior a 2 (dois) salários-mínimos, tem sua jornada de trabalho reduzida para 6 (seis) horas diárias, a ser prestada, preferencialmente, das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas.
- (D) O tempo de trabalho em efetiva atividade de teleatendimento, telefonista ou telemarketing é de, no máximo, 4 (quatro) horas diárias, com 2 (dois) intervalos de 10 (dez) minutos após os primeiros e antes dos últimos 60 (sessenta) minutos de trabalho.

39

Sobre os benefícios previstos na Lei 20.756/2020, marque a alternativa CORRETA:

- (A) O auxílio alimentação é devido, mensalmente, a todos os servidores, independentemente do valor de sua remuneração ou subsídio.
- (B) Será pago auxílio-funeral à família do servidor civil ou militar que falecer, ainda que aposentado ou em disponibilidade, em valor correspondente a 3 (três) vezes o menor vencimento de cargo de provimento efetivo dos Quadros estaduais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.
- (C) A assistência pré-escolar no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) é devida a todos os servidores civis ou militares que possua dependente em idade escolar.
- (D) O adicional noturno de 20% (vinte por cento) é devido aos servidores não remunerados por subsídio que prestam serviço noturno, compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte.

40**Sobre as licenças previstas no Estatuto dos Servidores Cíveis (Lei 20.756/2020), assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) A licença para tratamento de saúde será concedida de ofício ou a pedido do servidor, com base em perícia médica oficial, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.
- (B) A licença-paternidade é de 20 (vinte) dias com a remuneração ou o subsídio do cargo, em razão de nascimento de filho, adoção conjunta ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção conjunta de criança ou adolescente, mediante apresentação de documento oficial comprobatório do nascimento ou termo oficial de adoção ou guarda.
- (C) Após a edição da Lei 20.756/2020, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, não é mais devida a licença por motivo de doença em pessoa da família.
- (D) Ao servidor exclusivamente ocupante de cargo de provimento em comissão poderão ser concedidas as seguintes licenças: para tratamento de saúde, por motivo de doença em pessoa da família, maternidade e paternidade.

41**Sobre o pagamento do Adicional Noturno de que trata o art. 125 da Lei 20.756/2020, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) O adicional noturno poderá ser pago para todos os servidores, inclusive para aqueles remunerados por subsídio.
- (B) É considerado serviço noturno, aquele prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte.
- (C) O serviço noturno terá o valor-hora acrescido de 15% (quinze por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
- (D) Em se tratando de serviço extraordinário, não será devido acréscimo sobre o valor-hora do serviço noturno.

42**Sobre a licença para tratar de interesses particulares de que trata o art. 163 da Lei 20.756/2020, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) Sendo requerida, a Administração é obrigada a conceder ao servidor estável a licença para tratar de interesses particulares pelo prazo de 3 (três) anos consecutivos.
- (B) A licença poderá ser interrompida a pedido do servidor a qualquer tempo.
- (C) Na hipótese de interrupção da licença a pedido do servidor, a administração definirá a sua data de efetivo exercício, a qual ocorrerá até 30 (trinta) dias da data do pedido de retorno.
- (D) A licença para tratar de interesses particulares pode ser concedida para servidores efetivos durante o estágio probatório.

43**Sobre a Licença-Maternidade de que trata o art. 147 da Lei 20.756/2020, assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) Para fins de concessão da licença-maternidade, o período da gestação é computado em semanas.
- (B) A licença-maternidade, não remunerada, é concedida por 180 (cento e oitenta) dias, à servidora gestante e àquela que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente.
- (C) Salvo prescrição médica em contrário, caso em que poderá ser antecipada em até 28 (vinte e oito) dias do parto, a licença será concedida a partir da 36ª (trigésima sexta) semana gestacional, por prescrição médica.
- (D) No caso de aborto ocorrido entre a 1ª (primeira) e a 20ª (vigésima) semana gestacional atestado pela Junta Médica do Estado, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de licença-maternidade.

44

Sobre a movimentação de pessoal, considerando as regras dispostas na Lei 20.756/2020, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Existem 3 (três) tipos de movimentação previstas no Estatuto: Remoção, Disposição e Cessão.
- (B) Remoção é a alteração da lotação do servidor dentro do mesmo órgão, ocorrendo por exemplo, quando servidor é transferido da Gerência "A" para a Gerência "B".
- (C) Disposição é a alteração temporária da lotação do servidor para outro Poder, município, estado ou para a União.
- (D) Cessão é a transferência temporária para outro Poder, município, estado ou para a União.

45

Sobre as regras de pagamento do décimo-terceiro previstas no art. 118 da Lei 20.756/2020, marque a alternativa CORRETA:

- (A) O décimo-terceiro salário será pago ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, no mês de seu aniversário, na forma de adiantamento, com a observância das normas federais previdenciárias e tributárias aplicáveis à espécie e na forma do regulamento.
- (B) O décimo terceiro salário será integral se o beneficiário houver ingressado até o dia 15 do mês de janeiro do ano a que se refere o benefício e, se não for implementada essa condição, será proporcional, com o desconto de 1/11 (um onze avos) a cada mês do período sem vínculo com o Estado.
- (C) O décimo-terceiro salário é extensivo aos servidores inativos e aos pensionistas, contudo o seu pagamento ocorre somente no mês de dezembro de cada exercício.
- (D) O décimo-terceiro salário é considerado no cálculo do adicional de férias, caso este seja pago no mês de aniversário do servidor.

46

Sobre Assistência pré-escolar de que trata o art. 111 da Lei 20.756/2020, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Na hipótese de ambos os genitores serem servidores estaduais, o benefício será pago ao que percebe menor remuneração.
- (B) O pagamento será suspenso quando o servidor estiver em gozo de qualquer licença ou afastamento não remunerado.
- (C) É concedida ao servidor que tenha dependente na faixa etária de 6 meses a 5 anos de idade ou pessoa com deficiência, e possua remuneração ou subsídio no valor de até R\$ 5. 500,00 (cinco mil e quinhentos reais).
- (D) No caso de dependente que seja pessoa com deficiência, não será considerada a idade cronológica, desde que seu desenvolvimento biológico, psicossocial e motor corresponda à idade mental relativa à faixa etária de 6 meses a 5 anos de idade, com a devida comprovação pela Junta Médica Oficial do Estado.

47

Sobre as regras transitórias de acumulação de férias previstas no art. 294 da Lei 20.756/2020, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) A concessão de ofício das férias do servidor que acumular mais de 2 (dois) períodos, no caso de necessidade do serviço, será realizada após 72 (setenta e dois) meses da vigência da Lei 20.756/2020.
- (B) Durante o prazo transitório estipulado no caput do artigo 294 da Lei 20.756/2020, o servidor deverá usufruir dos períodos de férias já acumulados, bem como daqueles que vierem a ser adquiridos ao longo do referido lapso.
- (C) A partir do término do prazo transitório estabelecido no caput do artigo 294 da Lei 20.756/2020, não poderão ser acumulados mais que 2 (dois) períodos aquisitivos.
- (D) A não concessão das férias de ofício pelo titular do órgão ou da entidade, nos prazos estabelecidos, implica a responsabilização desse agente, considerada a possibilidade de o acúmulo indevido de férias gerar obrigações de pagamentos de indenizações pelo Poder Público.

48

Sobre a redução de carga horária prevista no art. 76 da Lei 20.756/2020, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) É facultado ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ter sua carga horária reduzida em em $\frac{1}{4}$ (um quarto) com redução de sua remuneração ou subsídio na mesma proporção.
- (B) A nova remuneração não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo.
- (C) O período requerido precisa ser entre 6 (seis) e 18 (dezoito) meses, podendo ser prorrogado;
- (D) A redução da carga horária é devida a servidores estáveis, ou seja, efetivos e empregados públicos.

49

Sobre as regras de controle de frequência previstas no Estatuto (Lei 20.756/2020), marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Salvo nos casos previstos em lei e regulamento, é vedado dispensar o servidor do registro do ponto e abonar faltas ao serviço.
- (B) Excetuados os ocupantes de cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento superior da estrutura básica, todos os servidores estão sujeitos à prova de pontualidade e frequência mediante o sistema de marcação de ponto.
- (C) A frequência do servidor da administração direta, autárquica e fundacional será apurada por meio do sistema de ponto eletrônico em que serão registradas, diariamente e a cada turno, a entrada e a saída do servidor em seu local de trabalho, salvo as hipóteses previstas em regulamento.
- (D) Devido à natureza das atividades desempenhadas, todos os servidores de provimento em comissão estão dispensados da prova de pontualidade e frequência mediante o sistema de marcação de ponto, cabendo apenas o atesto da chefia imediata.

50

Sobre as regras para o pagamento de indenização de Férias para ocupantes de cargos comissionados, conforme previstas no § 5º e seguintes do art. 128 da Lei 20.756/2020, marque a alternativa CORRETA:

- (A) A indenização poderá ser de período integral ou proporcional das férias e terá como base a remuneração devida ao servidor no mês de ocorrência do efetivo pagamento.
- (B) O pagamento da indenização é somente do excedente a 2 (dois) períodos aquisitivos e é devido somente aos ocupantes de cargos de provimento em comissão integrantes das estruturas básica e complementar que, por necessidade do serviço, não tiverem condições de usufruir as férias e desde que autorizado pelo titular do órgão de lotação.
- (C) A indenização é devida a qualquer servidor ocupante de cargos de provimento em comissão, inclusive os não integrantes de estrutura básica ou complementar, desde que seja excedente a 2 (dois) períodos aquisitivos.
- (D) No caso de titular de órgão ou entidade, a autorização para o pagamento da indenização compete ao Secretário-Chefe da Secretaria-Geral de Governo.

